



# A Santa Sé

---

PAPA PAULO VI

## *AUDIÊNCIA GERAL*

*Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 1971*

### ***Quaresma: precioso tempo de penitência***

Devemos aceitar a exortação, grave e salutar, que a Igreja Mestra nos dirige, no início do período quaresmal, e, com razão, podemos-lo considerar como o itinerário clássico da nossa salvação, que será contemplada na celebração do mistério da Redenção, operada por Cristo crucificado e ressuscitado. Qual é esta exortação? É o « memento » que somos convidados a fazer individualmente, com o rito impressionante da imposição das cinzas sobre as nossas cabeças de homens vivos.

« Memento »: recorda-te! Esta exortação, como é claro, pretende chamar a nossa atenção e dirigi-la para um juízo sobre nós mesmos. Estamos muito habituados a fazer actos de reflexão, exames de consciência e considerações sobre a nossa vida interior. A grande lição perene da escola ascética da Igreja recebe uma certa confirmação do desenvolvimento dos estudos psicológicos e das análises introspectivas dos fenómenos do conhecimento instintivo ou racional, que nos torna habitual este regresso à cela do nosso « eu » e nos impele a este diálogo silencioso connosco.

É raro, porém, que este diálogo, ou melhor, este solilóquio abranja complexivamente toda a nossa existência e se aventure a entrar nas ambíguas profundidades de Hamlet sobre os nossos destinos existenciais. Geralmente, continuamos a ignorar a nossa verdadeira natureza. Não sabemos, exactamente, quem somos, senão por meio de algumas advertências fenoménicas ou das exteriores dos registos. E, quando temos a ousadia de nos interrogar sobre o nosso ser, sem a luz de alguma sabedoria superior complementar, ficamos desorientados.

Folheamos, mentalmente, o livro das nossas recordações passadas, e, imediatamente, ficamos surpreendidos com a vacuidade, a que o tempo, no qual elas estão inscritas, as condena: passaram, e que resta ainda da sua realidade? Só a lembrança. Ousamos até dizer: a história. Mas uma registação deste tipo, que consistência tem para nós, para o nosso ser pessoal? Qual é o seu valor? A vida humana adverte a insuficiência destes tesouros da memória. O esquecimento consome-os. A saudade, embora os torne suaves e instrutivos, denuncia a perda daquilo que eles conservam, a nulidade entitativa do seu conteúdo.

Fazer o balanço das nossas recordações é uma experiência amarga. E torna-se ainda mais amarga e desesperada, se esta investigação tem por objecto o que nos circunda externamente: pessoas e coisas, porque adverte a solidão glacial do nosso « eu ». A relação que nos liga ao que existe fora de nós revela o seu carácter inexoravelmente precário. É inútil, e talvez insensato, para ter a segurança da nossa existência, agarrarmo-nos ao que possuímos, conhecemos, amamos e chamamos nosso (cfr. *Lc 12, 15*).

O que nos resta, então? A alma, isto é, a nossa pessoa, a nossa vida interior. Mas, a este respeito, também há muita obscuridade. O que somos nós? Que permanece de nós mesmos? O que é a morte? É o vácuo, o oceano do nada ou a misteriosa sobrevivência do núcleo central do nosso ser, a alma?

Nesta altura, vêm-nos à mente as palavras do Senhor: « De que servirá ao homem ganhar o mundo inteiro, se vier a perder a sua alma? Ou que dará o homem em troca da sua alma? » (*Mt 12, 26*).

Estas palavras fazem-nos reflectir sobre a desvalorização de todas as coisas, no juízo cristão sobre a nossa vida. É uma reflexão que enche as páginas do Evangelho, as das pregações e dos tratados de espiritualidade, as das vidas dos Santos e dos retiros espirituais, a tal ponto que é possível, a quem considera o cristianismo só nalguns dos seus aspectos particulares, acusá-lo como inimigo dos valores temporais, incapaz de apreciar a vida presente. O Concílio, porém, corrigiu esta visão limitada e reconheceu os aspectos que tornam dignos de estima os bens da criação, da natureza, da obra humana e do mundo presente (cfr. *Apostolicam Actuositatem*, n. 7; *Gaudium et Spes*, n. 69; *Lumen Gentium*, n. 36).

O cristianismo não é pessimista. A obra de Deus e, a nível muito inferior, a obra do homem são objecto de grande interesse na apreciação cristã. Mas, quando a vida do homem se considera na sua dupla perspectiva final e finalística, ou seja, como medida pelo tempo e também pelo critério moral, então, por um lado, é reduzida a cinzas, isto é, destinada à morte, e, por outro, é revalorizada no seu ser espiritual e no seu destino imortal, quer dizer, levada a escolher, no tempo presente, o futuro que lhe será reservado depois da morte.

Esta concepção da vida humana não está, certamente, na moda. Hoje, tudo conspira para nos

levar a esquecer-la. Vive-se com uma certa mentalidade, inteiramente voltada para o momento actual, como se este fosse permanente e não viesse, por fatalidade, a ser superado pelo momento sucessivo; e, muitas vezes, pretende subtrair-se à responsabilidade de um critério moral e de um juízo final. Vive-se, deste modo, numa dupla ilusão, como se fôssemos nós os donos do tempo e pudéssemos viver num indiferentismo moral, sem deveres fundados numa norma extrínseca ao nosso arbítrio e ao nosso livre conhecimento.

Conhecemos em parte os efeitos práticos e sociais desta maneira de viver às cegas, como se tivéssemos sido exonerados do desígnio real e moral, em que inexoravelmente está inserida a nossa vida. E, como habitualmente temos tendência a dar uma importância soberana aos bens temporais, nos quais e dos quais vive a nossa existência terrena, a Igreja, então, chama-nos à realidade: « memento », procede com prudência, sê vigilante, verifica a direcção do teu caminho! Ela diz-nos tudo isto com este rito da imposição das cinzas, que é grave e lúgubre, se quiserdes, mas salutar, e, no fundo, optimista, porque nos abre os olhos para a nossa mísera condição de seres mortais, condição miserável, porque somos pecadores, ou seja, porque estamos mortos em relação à verdadeira vida, que sòmente nos é dada pela comunhão com Deus, único, sumo e misericordioso princípio de vida. Deste modo, a Igreja adverte-nos que temos necessidade de salvação e, depois, indica-nos imediatamente que a encontraremos em Cristo.

É esta a razão por que se torna muito precioso este tempo, que, precisamente, estamos para iniciar, o *tempo aceitável*, o *tempo propício* (cfr. *2 Cor* 6, 2). Por que motivo? Por causa da *metanoia*, ou seja, por causa da reflexão, do arrependimento, da penitência. A liturgia da Igreja convida-nos a ela, assim como o rito austero da imposição das cinzas.

Como se sabe, este rito é muito antigo. Tem origens bíblicas e evangélicas (cfr. *Mc* 4, 39; *Mt* 11, 21) e foi incluído na história da liturgia, desde os inícios do cristianismo (cfr. *DACL* 2, 2; *Cabrol*, 2134, ss.; 3040, ss.). E devemos crer que, se este rito for celebrado com humilde e sincero sentimento de adesão à veneranda tradição eclesiástica, ainda terá, para nós, a mesma eficácia que teve para tantas gerações de cristãos nos séculos passados, a de fazer surgir das cinzas extintas da penitência, símbolo da nossa mortalidade e da condenação dos nossos pecados, a nova centelha da esperança e da vida, que o Cristo pascal renova no mundo. Que a nossa Bênção Apostólica possa obter tão grande graça.

---

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana